



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo Administrativo n.º 1.462/2026

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. ÁREA REQUISITANTE

ÓRGÃO REQUISITANTE	RESPONSÁVEL
Secretaria de Administração	Liciele Albanio

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A transparência na administração pública municipal constitui princípio fundamental para a promoção de uma gestão eficiente, responsável e alinhada ao interesse público. Nesse contexto, a existência de instrumentos normativos que asseguram o acesso à informação é essencial, destacando-se a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), a qual estabelece diretrizes claras quanto ao dever de publicidade dos atos administrativos.

Conforme disposto no artigo 3º da referida lei, os procedimentos destinados a garantir o direito fundamental de acesso à informação devem observar, dentre outros, os princípios da administração pública, bem como as seguintes diretrizes: (i) divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações, e (ii) utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação. Tais dispositivos reforçam a obrigatoriedade da chamada transparência ativa, impondo ao poder público o dever de disponibilizar informações de forma espontânea, acessível e em linguagem clara.

Com o avanço tecnológico e a crescente digitalização dos serviços públicos, tornou-se imprescindível que os entes municipais adotem ferramentas eletrônicas para assegurar o cumprimento dessas exigências legais. Nesse sentido, a implementação e manutenção de sítios eletrônicos oficiais, especialmente os Portais da Transparência, configuram-se como instrumentos indispensáveis para a efetiva divulgação de informações relativas à execução orçamentária e financeira, processos licitatórios, contratos administrativos, programas governamentais e demais atos de gestão.

A ausência ou inadequação desses meios digitais compromete significativamente a efetividade da transparência pública, podendo caracterizar descumprimento das normas legais vigentes, notadamente da Lei de Acesso à Informação e da Lei Complementar nº 131/2009. Além disso, tal deficiência dificulta o exercício do controle social, reduz a confiabilidade da gestão pública e pode ensejar questionamentos por parte dos órgãos de controle, como Tribunais de Contas e Ministério Público.

Ademais, a inexistência de um portal eletrônico estruturado e atualizado pode gerar lacunas informacionais, ocasionando insegurança quanto à correta aplicação dos recursos públicos,



especialmente no que se refere a despesas, contratações, execução de projetos e demais atividades administrativas. Dessa forma, a adoção de soluções tecnológicas adequadas não apenas atende às exigências legais, mas também fortalece os princípios da publicidade, eficiência e governança, contribuindo para uma administração pública mais transparente, acessível e participativa.

Aliado a esse contexto, a utilização de correio eletrônico institucional configura-se como prática consolidada e indispensável no âmbito da administração pública. Sua adoção é necessária para atender às demandas de comunicação oficial entre secretarias, setores internos, órgãos externos, fornecedores e cidadãos, sendo recomendável, inclusive, a disponibilização de contas individualizadas por unidade administrativa, de modo a garantir organização, controle e eficiência na gestão das informações.

Ademais, evidencia-se a necessidade de infraestrutura adequada, com capacidade de armazenamento compatível com o volume de comunicações institucionais, assegurando a integridade, disponibilidade e rastreabilidade dos dados trafegados.

A ausência ou a não utilização de correio eletrônico institucional inviabiliza a formalização adequada das comunicações administrativas, comprometendo a eficiência dos fluxos de trabalho e a transparência dos atos públicos. Além disso, a inexistência desse meio oficial pode acarretar riscos significativos, tais como vulnerabilidades cibernéticas, perda ou dispersão de informações, dificuldades na prestação de esclarecimentos e fragilidade na comprovação documental das comunicações realizadas.

Dessa forma, a implementação e utilização de e-mail institucional não apenas se mostram necessárias, mas essenciais para garantir um meio de comunicação seguro, padronizado e juridicamente válido, em conformidade com os princípios da administração pública e as boas práticas de governança.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Após a identificação da necessidade descrita no inciso III, procede-se à realização de levantamento de mercado, com o objetivo de identificar e analisar as alternativas disponíveis para suprir a demanda do Município. Tal levantamento considera as disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público, de modo que a alternativa a ser escolhida apresente vantagens efetivas para a Administração Pública.

Para subsidiar a análise, foi realizada pesquisa junto a outros municípios, a fim de verificar quais modelos de contratação vêm sendo adotados para o atendimento de demandas semelhantes, identificando-se as opções utilizadas, suas características, bem como os pontos positivos e eventuais limitações de cada solução, de modo a permitir a escolha da alternativa mais adequada à realidade administrativa e operacional municipal.

WEB SITE

Foi analisado em outros município e intuições privadas quais opções foi escolhido para cada necessidade, e deslustrado opções de mercado. E chegou na conclusão que tem duas opções viáveis para o âmbito municipal

- Contratação de empresa especializada no fornecimento e manutenção de web site.
- Contratação de programadores para criação de um web site



Abaixo será realizado uma análise mais profunda dessas duas opções e indicando seus pontos positivos e negativos de cada alternativa para o município de Candói.

1. Alternativa - Contratação de empresa especializada no fornecimento e manutenção de web site.

A contratação de empresa especializada tem por objeto a prestação de serviços técnicos contínuos voltados ao desenvolvimento, implantação, hospedagem, manutenção, atualização e suporte técnico de website institucional e Portal da Transparência do Município, em conformidade com a legislação vigente

O serviço compreende, inicialmente, o desenvolvimento e estruturação do website institucional, incluindo a criação de layout responsivo, arquitetura da informação, organização de conteúdos e adequação à identidade visual do ente público, garantindo acessibilidade, usabilidade e navegação intuitiva ao usuário.

Inclui-se também a implantação do Portal da Transparência, com disponibilização de informações em tempo real ou em periodicidade compatível com as exigências legais, abrangendo dados relativos à execução orçamentária e financeira, receitas, despesas, licitações, contratos, convênios, relatórios fiscais, entre outros, assegurando a transparência ativa e o atendimento às normas de controle e fiscalização.

No que se refere à hospedagem, a contratada deverá disponibilizar infraestrutura tecnológica adequada, preferencialmente em ambiente seguro e escalável (como servidores em nuvem), garantindo alta disponibilidade, integridade dos dados, backup periódico e proteção contra falhas e ataques cibernéticos.

A manutenção do sistema engloba atividades corretivas e preventivas, destinadas a assegurar o pleno funcionamento da plataforma, correção de eventuais falhas, atualização de componentes e melhoria contínua do desempenho do site.

Já as atualizações evolutivas consistem na implementação de melhorias, adequações legais, inclusão de novas funcionalidades e aperfeiçoamentos tecnológicos, de modo a manter o sistema alinhado às inovações e às exigências normativas.

Por fim, o suporte técnico deverá ser contínuo, com atendimento às demandas da administração municipal, orientação aos usuários responsáveis pela alimentação do sistema, resolução de problemas operacionais e garantia de níveis mínimos de serviço (SLA), assegurando agilidade e eficiência no atendimento.

Dessa forma, a contratação de empresa especializada visa garantir uma solução integrada, segura e eficiente, capaz de atender às necessidades institucionais do Município, promovendo a transparência pública, a modernização administrativa e a conformidade com as exigências legais vigentes.

Análise de contratações similares:

OBJETO	ENTE PÚBLICO	TIPO DE PROCESSO
Contratação de empresa especializada no ramo de tecnologia da informação, para fornecimento de web site oficial para o	Município de Inajá – PR	Dispensa nº 43/2025

www.candoi.pr.gov.br



município, com serviços de importação dos dados existentes, inclusive contas de correio eletrônico com no mínimo de 5 cinco gigabytes em cada caixa ou login, manutenção técnica e certificação digital de segurança.		
Contratação de empresa especializada para manutenção técnica, suporte e hospedagem do web site oficial, diário oficial do município com sistema de gerenciamento do domínio www.novatebas.pr.gov.br da Prefeitura Municipal com 20 contas de e-mail vinculadas ao mesmo e serviço de atualização de layout do site.	Município de Nova Tebas – PR	Dispensa nº 31/2025
Prestação de serviços referente à manutenção, suporte e hospedagem do web site oficial do município, contas de e-mail, diário oficial eletrônico, portal covid, sistema de gerenciamento de campeonatos esportivos e portal de compras	Municipal de Faxinal – 04/2024	Dispensa nº 04/2024

* Pesquisa realizada no site do Tribunal de Contas do Paraná (TCE), no Portal de Informações para Todos, disponível em: <https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Tribunal/Relacon/Licitacao>

Contratações anteriores do município de Candói:

OBJETO	TIPO DE PROCESSO
Contratação de licença de uso do site oficial do Município de Candói-PR, incluindo serviço de criação e manutenção de layout com páginas estáticas e dinâmicas, serviço de hospedagem, contas de e-mail, treinamento e migração dos dados atuais.	Pregão presencial nº 035/2022

* Link para consulta: <https://www.candoi.pr.gov.br/licitacao/>

2. Contratação de programadores para criação de um web site

A alternativa consiste na realização de concurso público para provimento de cargos efetivos na área de tecnologia da informação, com a finalidade de viabilizar o desenvolvimento, implantação, manutenção, atualização e suporte técnico do website institucional e do Portal da Transparência diretamente pelo próprio Município

Essa abordagem envolve a estruturação de equipe técnica interna, composta por profissionais qualificados, tais como analistas de sistemas, desenvolvedores e, eventualmente, especialistas em



infraestrutura e segurança da informação, os quais serão responsáveis pela concepção e operacionalização de toda a solução tecnológica.

No que se refere ao desenvolvimento do website institucional, os servidores deverão realizar o planejamento, modelagem, codificação e implementação da plataforma digital, contemplando layout responsivo, organização da informação, acessibilidade e aderência à identidade visual do Município, garantindo uma navegação clara e eficiente ao cidadão.

Inclui-se, ainda, a criação e implementação do Portal da Transparência, assegurando a disponibilização de informações em conformidade com a legislação vigente, especialmente no que tange à divulgação de dados relativos à execução orçamentária e financeira, receitas, despesas, licitações, contratos e demais atos administrativos, atendendo aos princípios da transparência ativa.

No âmbito da infraestrutura tecnológica, caberá à administração municipal providenciar os recursos necessários, como servidores físicos ou em nuvem, sistemas de armazenamento, mecanismos de backup e soluções de segurança da informação, garantindo a disponibilidade, integridade e proteção dos dados.

A manutenção do sistema será realizada pela equipe interna, abrangendo atividades corretivas e preventivas, visando assegurar o pleno funcionamento do website, a correção de falhas e a estabilidade da plataforma.

As atualizações evolutivas ficarão igualmente sob responsabilidade dos servidores, incluindo a implementação de melhorias, novas funcionalidades e adequações às mudanças legais e tecnológicas, exigindo constante capacitação técnica da equipe.

O suporte técnico será prestado internamente, atendendo às demandas dos diversos setores da administração municipal, orientando quanto à utilização do sistema e promovendo a resolução de eventuais problemas operacionais.

E-MAIL

A utilização de e-mail institucional pela Prefeitura é essencial para garantir a formalização, segurança e organização das comunicações administrativas. Por meio desse recurso, é possível registrar oficialmente as interações entre setores, fornecedores e cidadãos, assegurando validade jurídica, rastreabilidade e transparência dos atos praticados.

Além disso, o e-mail institucional permite maior controle da informação, reduz riscos de perda de dados e vulnerabilidades cibernéticas, bem como facilita a atuação dos órgãos de controle e auditoria. Sua adoção também contribui para a padronização da comunicação entre as secretarias, evitando o uso de contas pessoais e garantindo a continuidade dos serviços públicos.

Dessa forma, trata-se de ferramenta indispensável para o adequado funcionamento da administração municipal, em conformidade com os princípios da legalidade, publicidade e eficiência.

Não é adequado que a Prefeitura utilize “qualquer e-mail” (como contas pessoais gratuitas), pois isso compromete aspectos essenciais da administração pública.

O uso de e-mails não institucionais impede o controle pela própria administração, dificultando a gestão das informações, a continuidade dos serviços e a recuperação de dados em caso de perda de acesso ou desligamento de servidores. Além disso, não há garantias suficientes de segurança, podendo ocorrer vazamento de informações sensíveis ou ataques cibernéticos.

Do ponto de vista jurídico e administrativo, comunicações realizadas por e-mails pessoais podem ter sua validade questionada, uma vez que não possuem vínculo formal com o órgão público, prejudicando a rastreabilidade e a comprovação de atos administrativos.



Também há impacto na transparência e no controle, pois órgãos fiscalizadores necessitam de registros confiáveis e centralizados, o que não ocorre com contas dispersas e sem padronização.

CONCLUSÃO DA PESQUISA DE MERCADO

Após análise das alternativas disponíveis no mercado, concluiu-se que a opção mais vantajosa é a contratação de empresa especializada para o fornecimento de website institucional e serviço de e-mail corporativo.

A solução proporciona ganhos relevantes à Administração Pública, especialmente no que se refere ao aumento da transparência dos atos administrativos, ao fortalecimento dos mecanismos de controle social e à melhoria da comunicação institucional com a população e com os fornecedores.

Dessa forma, a Solução 1 mostra-se a mais adequada, considerando os benefícios diretos e a eficiência na implementação, garantindo um serviço contínuo, atualizado e com suporte técnico especializado.

Por outro lado, a Solução 2, que consiste na contratação de equipe própria para desenvolvimento do sistema, embora apresente algumas vantagens, revela-se menos viável sob os aspectos técnico e econômico. Tal alternativa implicaria custos mais elevados com pessoal, maior tempo para implementação, além da necessidade contínua de manutenção, atualizações e gestão técnica. Ademais, o Município de Candói não dispõe, em seu quadro funcional, de cargos específicos na área de tecnologia da informação que possibilitem a execução e sustentação dessa solução.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Após a identificação da necessidade do Município quanto à disponibilização de um website institucional voltado à ampliação da transparência e à melhoria da comunicação pública, verificou-se que a alternativa mais adequada consiste na contratação de empresa especializada, conforme fundamentação apresentada nos itens anteriores. Tal solução proporciona ganhos significativos à Administração, especialmente no fortalecimento da transparência ativa, na organização das informações públicas e na facilitação do acesso por parte dos cidadãos e fornecedores.

A empresa contratada deverá ser responsável pela migração integral dos dados e arquivos do site atualmente em uso, assegurando a preservação da integridade, consistência e autenticidade das informações, sem perdas ou alterações indevidas.

Deverá, ainda, disponibilizar treinamento técnico-operacional aos servidores designados pela Administração Municipal, sempre que necessário, de modo a garantir a adequada utilização da plataforma, especialmente no que se refere à inserção, atualização e gerenciamento de conteúdo.

O sistema a ser fornecido deverá apresentar pleno funcionamento, estabilidade e desempenho adequado, livre de falhas, erros ou inconsistências (bugs), bem como possuir interface moderna, responsiva e acessível, compatível com diferentes dispositivos (computadores, tablets e smartphones), observando boas práticas de usabilidade e acessibilidade digital.

Em caso de falhas, indisponibilidades ou quaisquer problemas técnicos, a contratada deverá dispor de equipe especializada para suporte e manutenção corretiva e preventiva, garantindo a resolução em tempo hábil, de forma a não comprometer a continuidade dos serviços e o acesso dos usuários.

A solução deverá contemplar a gestão de perfis de usuários, permitindo a criação de acessos individualizados para servidores autorizados, com diferentes níveis de permissão, assegurando controle, rastreabilidade e segurança na publicação de informações.

www.candoi.pr.gov.br



No que se refere ao serviço de e-mail, este deverá ser estritamente corporativo, vinculado ao domínio oficial do Município, garantindo padronização, credibilidade e formalidade nas comunicações institucionais.

A solução deverá apresentar alto nível de confiabilidade, não podendo apresentar falhas, instabilidades, bugs ou erros que comprometam seu funcionamento. Deverá ser um sistema funcional, eficiente e continuamente disponível, assegurando o envio, recebimento e armazenamento de mensagens de forma segura e sem interrupções.

Além disso, deverá contemplar política formal de proteção de dados dos usuários, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018), estabelecendo diretrizes claras sobre o tratamento, armazenamento e segurança das informações.

O serviço deverá, ainda, dispor de mecanismos robustos de segurança cibernética, visando à proteção tanto dos dados dos usuários quanto das informações administrativas

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A Contratada deve cumprir os requisitos de habilitação exigidos na Lei nº 14.133/2021; poderão participar todos os interessados que estejam regularmente constituídos como pessoas jurídicas, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto ora pretendido

O fornecedor deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda: efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade

Na questão sobre o web site:

Além disso, o sistema deverá garantir elevado nível de segurança da informação, incluindo:

- Proteção contra perda, corrupção ou acesso indevido aos dados;
- Implementação de políticas de controle de acesso e autenticação segura, preferencialmente com uso de múltiplos fatores (MFA);
- Criptografia de dados em trânsito e, quando aplicável, em repouso;
- Rotinas automáticas de backup periódico, com possibilidade de restauração rápida;
- Proteção contra ataques cibernéticos (como malware, phishing e ataques de negação de serviço).

Deverá também assegurar a proteção dos dados dos usuários, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018), garantindo:

- Coleta e tratamento de dados apenas quando necessário;
- Armazenamento seguro de informações pessoais;
- Controle e rastreabilidade de acessos;
- Adoção de medidas para prevenção de vazamentos e incidentes de segurança.

A empresa deverá realizar atualizações periódicas do sistema, incluindo:

- Correções de falhas e vulnerabilidades (patches de segurança);

www.candoi.pr.gov.br

CNPJ: 95.684.478/0001-94 - CANDÓI - PARANÁ

Av. XV de Novembro, 1761 - Bairro Cacique Candói - CEP 85.140-000 - Cx. Postal 041

Fone: (42) 3638-8000 - E-mail: prefeitura@candoi.pr.gov.br



- Melhorias de desempenho e usabilidade;
- Adequações legais e normativas;
- Evoluções tecnológicas que garantam a modernização contínua da plataforma.

Indenizar o MUNICÍPIO ou a terceiros por quaisquer danos causados, em decorrência de imprudência, imperícia ou inabilidade

Garantir o funcionamento do site 24h por dia, sem interrupções significativas.

Na extinção do contrato ou a qualquer tempo, quando solicitado, a contratada deverá fornecer ao município o backup de dados em formato aberto, de modo que permita à terceiros realizar a migração completa dos dados.

Na questão sobre o E-MAIL:

No que se refere à segurança da informação, a solução deverá contemplar:

- Proteção contra spam, phishing e malware;
- Autenticação segura, preferencialmente com múltiplos fatores (MFA);
- Criptografia das mensagens em trânsito e, quando aplicável, em repouso;
- Políticas de senha seguras e controle de acesso;
- Monitoramento e bloqueio de atividades suspeitas.

Deverá, ainda, fornecer ferramentas de gerenciamento centralizado, possibilitando à Administração:

- Criar, editar e excluir contas de usuários;
- Monitorar utilização e armazenamento;
- Garantir controle e rastreabilidade das comunicações institucionais.

O serviço deverá apresentar alta disponibilidade, estabilidade e desempenho, assegurando o envio e recebimento de mensagens sem falhas ou atrasos, bem como compatibilidade com diferentes dispositivos (computadores, smartphones e tablets) e aplicativos de e-mail.

A migração do e-mail e web site terá como prazo máximo 30 (trinta) dias.

Deverá atender integralmente a todos os requisitos estabelecidos na Prova de Conceito (PoC), demonstrando, de forma prática e objetiva, a plena conformidade da solução com as especificações técnicas e funcionais exigidas no Termo de Referência.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A quantidade a ser contratada compreende 01 (um) website institucional completo, com toda a estrutura e funcionalidades a serem detalhadas no Termo de Referência, bem como serviço de e-mail corporativo com capacidade total de 200 GB de armazenamento.

Ressalta-se que houve ampliação da capacidade de armazenamento (GB) em relação ao planejamento inicial, em decorrência da necessidade identificada a partir do volume de e-mails gerados e recebidos no exercício de 2025, evidenciando a demanda crescente por espaço para garantir a adequada continuidade e organização das comunicações institucionais

Descrição	Valor total
-----------	-------------

www.candoi.pr.gov.br

CNPJ: 95.684.478/0001-94 - CANDÓI - PARANÁ

Av. XV de Novembro, 1761 - Bairro Cacique Candói - CEP 85.140-000 - Cx. Postal 041

Fone: (42) 3638-8000 - E-mail: prefeitura@candoi.pr.gov.br



Licença de uso web site e e-mail corporativo	6.765,24
----------------------------------------------	----------

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado para uma futura e eventual aquisição é de **R\$ 6.765,24 (seis mil, setecentos e sessenta e cinco reais e vinte e quatro centos)**.

No entanto, o valor indicado acima serve apenas como parâmetro para identificar o valor estimado da contratação, não servindo de preço de mercado. O levantamento será realizado posteriormente em obediência aos requisitos do art. 23, da Lei 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 250/2022 que regulamenta a matéria.

Valor obtido com base no Pregão nº 35/2022, considerando seus respectivos termos aditivos e eventuais acréscimos contratuais, devidamente atualizados, os quais refletem a evolução dos custos e das necessidades da Administração ao longo da execução contratual.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO (OU NÃO) DA SOLUÇÃO

A solução mais adequada é o não parcelamento do objeto, tendo em vista tratar-se de um único item de baixa complexidade técnica, cuja execução integrada não apresenta dificuldades operacionais.

Além disso, o não parcelamento contribui para maior eficiência administrativa e funcionalidade da solução, garantindo padronização, melhor gestão contratual, redução de riscos de incompatibilidade entre serviços e maior economicidade na execução.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Contratações correlatas são aquelas diretamente relacionadas à área de tecnologia da informação e comunicação (TIC), necessárias ao pleno funcionamento e utilização do website institucional. Incluem-se, entre outras, serviços de conectividade (links de internet), infraestrutura de rede, suporte técnico em informática e demais recursos tecnológicos que viabilizam a operação, manutenção e acesso ao sistema.

11. REFERÊNCIA AO PLANO CONTRATAÇÕES ANUAL

A solicitação ora pretendida consta no Plano de Contratação Anual.

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

Os resultados pretendidos com a contratação consistem no fortalecimento da transparência pública municipal, por meio da disponibilização estruturada, acessível e atualizada de documentos, atos oficiais e informações administrativas no website institucional. Tal medida contribui para o aprimoramento do controle social, da publicidade dos atos administrativos e da organização dos processos internos.

No que se refere ao e-mail corporativo, sua implantação é essencial para garantir comunicação institucional formal, segura e padronizada entre os diversos setores da Administração, bem como com fornecedores e cidadãos. A solução proporcionará maior rastreabilidade das informações, agilidade no



fluxo de comunicação, redução de falhas operacionais e aumento da confiabilidade nas interações oficiais.

- De forma complementar, a contratação permitirá:
- Padronização dos canais institucionais de comunicação;
- Maior eficiência administrativa, com integração entre setores;
- Segurança da informação, com proteção de dados institucionais e dos usuários;
- Melhoria na prestação de serviços ao cidadão, com acesso facilitado às informações públicas;

Conformidade com legislações vigentes, como a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e a LGPD (Lei nº 13.709/2018).

Adicionalmente, a solução está diretamente alinhada ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes, especialmente no que tange à meta de assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e acordos internacionais.

Dessa forma, a contratação contribui para o fortalecimento institucional do Município, promovendo uma gestão mais transparente, eficiente, segura e alinhada às boas práticas da administração pública.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO

Não foram identificados impactos ambientais negativos diretos decorrentes da contratação de website institucional e serviço de e-mail corporativo, tendo em vista tratar-se de soluções predominantemente digitais.

Entretanto, de forma indireta, destaca-se que a utilização desses meios tanto para atualização de informações pelos servidores quanto para acesso por parte dos usuários implica no consumo de energia elétrica, decorrente do uso de equipamentos eletrônicos e da infraestrutura de tecnologia (como servidores e redes).

Como medida mitigadora, recomenda-se a adoção de práticas de eficiência energética, tais como:

- Utilização de equipamentos com menor consumo de energia (computadores, servidores e dispositivos móveis mais eficientes);
- Incentivo ao uso consciente dos recursos tecnológicos pelos servidores.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS PELA ADMINISTRAÇÃO



Acompanhar a implantação (site e e-mail), incluindo migração de dados, promover treinamento dos servidores e monitorar a execução contratual e qualidade dos serviços.

15. ANÁLISE DE RISCO

A presente contratação envolve a implantação e manutenção de soluções tecnológicas (website institucional e e-mail corporativo), essenciais para o funcionamento da Administração Pública, especialmente no que se refere à transparência, comunicação institucional e gestão da informação.

Dessa forma, a análise de riscos tem como objetivo identificar possíveis eventos que possam comprometer a execução contratual, a segurança das informações e a continuidade dos serviços, bem como estabelecer medidas preventivas e corretivas para mitigação desses riscos.

Considerando as características da solução, foram identificados riscos relacionados à segurança da informação, continuidade dos serviços, conformidade legal, dependência tecnológica e capacitação dos usuários, os quais devem ser devidamente gerenciados por meio de exigências contratuais, fiscalização eficiente e boas práticas de governança.

Matriz de risco

Risco Identificado	Probabilidade	Impacto	Medidas de Mitigação
Falhas na migração de dados (site e e-mails)	Médio	Alto	Exigir plano detalhado de migração, realização de testes prévios e validação dos dados antes da entrada em produção
Indisponibilidade do website ou e-mail	Médio	Alto	Estabelecer SLA mínimo de disponibilidade, monitoramento contínuo e suporte técnico ágil
Vazamento ou acesso indevido a dados	Baixo	Alto	Implementar criptografia, controle de acesso, autenticação multifator (MFA) e políticas de segurança conforme LGPD
Ataques cibernéticos (phishing, malware, ransomware)	Médio	Alto	Utilização de firewall, antivírus, sistemas de detecção de intrusão e monitoramento contínuo
Perda de dados por falha técnica	Baixo	Alto	Realização de backups automáticos periódicos com testes de restauração
Não conformidade com LGPD e LAI	Baixo	Alto	Exigir adequação legal da solução, auditorias e validação na Prova de Conceito
Atraso na implantação da solução	Médio	Médio	Definir cronograma com prazo máximo (30 dias) e aplicação de penalidades contratuais
Baixa qualidade no	Médio	Médio	Definir SLA de atendimento, canais



suporte técnico			formais de suporte e fiscalização do contrato
Dependência excessiva da contratada (lock-in)	Médio	Médio	Exigir entrega de backups em formato aberto e documentação técnica completa
Falta de capacitação dos servidores	Médio	Médio	Prever treinamento inicial e suporte contínuo aos usuários
Instabilidade ou presença de bugs no sistema	Médio	Médio	Exigir testes, garantia de qualidade e manutenção corretiva contínua
Uso inadequado do sistema pelos usuários	Médio	Baixo	Treinamento e definição de perfis de acesso com controle de permissões

16.DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita, mostra-se possível tecnicamente e fundamentalmente necessária.

- (X) SIM. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.
() NÃO. Retornar ao departamento técnico/operacional requisitante para a revisão do pedido.

APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade às disposições legais.

- Assinado digitalmente pelo Secretário da Secretaria de Administração.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 6F50-84C3-5F24-831A

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LICIELE ALBANIO (CPF 051.XXX.XXX-02) em 30/04/2026 08:39:14 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://candoi.1doc.com.br/verificacao/6F50-84C3-5F24-831A>